

Julio Fabbrini
Mirabete

Renato N.
Fabbrini

EXECUÇÃO PENAL

DÉCIMA
SÉTIMA
EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA

2024 © Editora Foco
Autores: Julio Fabbrini Mirabete e Renato N. Fabbrini
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Coordenadora Editorial: Paula Morishita
Revisora: Patrícia Camargo Bergamasco
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: DOCUPRINT

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (8.2024) – Data de Fechamento (7.2024)

2024

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol
CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO GERAL

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984	1
TÍTULO I – DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL ...	1
ART. 1º	
1.1 Natureza da execução penal.....	1
1.2 Autonomia do direito penitenciário	2
1.3 Direito penitenciário e direito de execução penal	4
1.4 Histórico da Lei de Execução Penal	5
1.5 Finalidade da pena	6
1.6 Crise da execução penal	9
1.7 Objeto da execução penal	10
1.8 Sumário	11
ART. 2º	
2.1 Princípio da legalidade	12
2.2 Princípio da jurisdicionalidade	14
2.3 Processo de execução	16
2.4 Presos provisórios e condenados na justiça especial	19
ART. 3º	
3.1 A relação jurídica na execução penal	21
3.2 Direitos preservados.....	22
3.3 Direitos políticos.....	25
3.4 Discriminação	26
ART. 4º	
4.1 Cooperação da comunidade	27
4.2 Setores de participação	28
TÍTULO II – DO CONDENADO E DO INTERNADO.....	29
Capítulo I – DA CLASSIFICAÇÃO	29
ART. 5º	
5.1 Individualização da pena e classificação dos condenados.....	29

5.2	Biotipologia criminal	31
5.3	Classificações dos delinquentes.....	31
5.4	Exame de personalidade	33
5.5	Exame criminológico.....	34
ART. 6º		
6.1	Comissão técnica de classificação.....	36
6.2	Atribuições da comissão técnica de classificação.....	37
ART. 7º		
7.1	Composição da comissão técnica de classificação	39
ART. 8º		
8.1	Realização do exame criminológico	40
ART. 9º		
9.1	Elementos para as perícias	41
ART. 9º-A		
9-A.1	Identificação por perfil genético.....	44
Capítulo II – DA ASSISTÊNCIA		48
SEÇÃO I – Disposições Gerais.....		48
ART. 10		
10.1	Tratamento penitenciário	48
10.2	Tratamento e assistência	49
10.3	Assistência ao egresso	50
ART. 11		
11.1	Espécies de assistência	52
SEÇÃO II – Da Assistência Material		53
ART. 12		
12.1	Assistência material.....	53
ART. 13		
13.1	Instalações e serviços.....	54
SEÇÃO III – Da Assistência à Saúde.....		55
ART. 14		
14.1	Assistência à saúde.....	55
14.2	Assistência médica.....	57

14.3	Assistência farmacêutica e odontológica.....	58
14.4	Instalações médico-sanitárias.....	58
SEÇÃO IV – Da Assistência Jurídica.....		60
ART. 15		
15.1	Relevância da assistência jurídica.....	60
ART. 16		
16.1	Assistência de defensor	62
16.2	Defensoria pública e advogado dativo	62
SEÇÃO V – Da Assistência Educacional		64
ART. 17		
17.1	Assistência educacional	64
ART. 18		
18.1	Ensino de 1º grau	65
ART. 18-A		
18-A.1	Ensino médio.....	66
ART. 19		
19.1	Ensino profissional	67
ART. 20		
20.1	Convênios.....	68
ART. 21		
21.1	Bibliotecas	68
ART. 21-A		
21-A.1	Censo penitenciário.....	69
SEÇÃO VI – Da Assistência Social		69
ART. 22		
22.1	Assistência social	69
ART. 23		
23.1	Tarefas do serviço de assistência social	71
SEÇÃO VII – Da Assistência Religiosa.....		74
ART. 24		
24.1	Pena e religião	75
24.2	Assistência religiosa.....	75

24.3 Meios e locais	76
24.4 Liberdade religiosa	77
SEÇÃO VIII – Da Assistência ao Egresso.....	77
ART. 25	
25.1 Problemática do egresso.....	77
25.2 Assistência ao egresso	78
ART. 26	
26.1 Conceito de egresso.....	80
ART. 27	
27.1 Obtenção de trabalho.....	80
Capítulo III – DO TRABALHO	81
SEÇÃO I – Disposições Gerais.....	81
ART. 28	
28.1 Trabalho penitenciário	81
28.2 Finalidades do trabalho penitenciário	82
28.3 Higiene e segurança	83
28.4 Acidente do trabalho.....	84
28.5 Regime especial.....	84
ART. 29	
29.1 Remuneração.....	85
29.2 Destinação do salário	86
ART. 30	
30.1 Prestação de serviços à comunidade	87
SEÇÃO II – Do Trabalho Interno	88
ART. 31	
31.1 Trabalho interno.....	88
31.2 Preso provisório.....	89
ART. 32	
32.1 Artesanato	90
32.2 Idosos, doentes e deficientes físicos	90
ART. 33	
33.1 Jornada de trabalho	91
33.2 Horários especiais.....	91

ART. 34

34.1 Gerência do trabalho.....	93
34.2 Formação profissional	93
34.3 Funções da gerência.....	94

ART. 35

35.1 Bens e produtos do trabalho	94
--	----

SEÇÃO III – Do Trabalho Externo 95**ART. 36**

36.1 Trabalho externo	95
36.2 Condições do trabalho externo.....	97

ART. 37

37.1 Atribuição de trabalho externo.....	98
37.2 Revogação da autorização.....	100

Capítulo IV – DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA 100**SEÇÃO I – Dos Deveres..... 100****ART. 38**

38.1 Deveres dos condenados	101
-----------------------------------	-----

ART. 39

39.1 Especificação dos deveres.....	102
39.2 Quadro de deveres	103
39.3 Preso provisório.....	106

SEÇÃO II – Dos Direitos 106**ART. 40**

40.1 Introdução	106
40.2 Respeito à integridade física e moral.....	107

ART. 41

41.1 Alimentação e vestuário	109
41.2 Atribuição de trabalho.....	109
41.3 Previdência social.....	110
41.4 Constituição de pecúlio	110
41.5 Descanso e recreação	110
41.6 Atividades de recreação.....	111
41.7 Assistência	112

41.8	Proteção contra o sensacionalismo.....	112
41.9	Entrevista com advogado	113
41.10	Visitas	113
41.11	Chamamento nominal.....	115
41.12	Igualdade de tratamento.....	116
41.13	Audiência com o diretor	116
41.14	Representação, petição e atestado.....	116
41.15	Comunicação com o mundo exterior	117
41.16	Outros direitos.....	119
41.17	Suspensão e restrição dos direitos.....	120
ART. 42		
42.1	Preso provisório e internado	121
ART. 43		
43.1	Médico particular	121
SEÇÃO III - Da Disciplina		122
Subseção I - Disposições Gerais		122
ART. 44		
44.1	Introdução.....	122
44.2	Disciplina.....	123
ART. 45		
45.1	Princípio da legalidade.....	124
45.2	Sanções cruéis	125
45.3	Cela escura	125
45.4	Sanções coletivas.....	125
ART. 46		
46.1	Ciência das normas disciplinares.....	126
ART. 47		
47.1	Poder disciplinar.....	127
ART. 48		
48.1	Penas restritivas de direitos	128
48.2	Representação por falta grave.....	129
Subseção II - Das Faltas Disciplinares		129
ART. 49		
49.1	Faltas disciplinares	130

49.2	Faltas médias e leves	131
49.3	Tentativa.....	131
ART. 50		
50.1	Faltas graves na pena privativa de liberdade.....	132
50.2	Concurso de faltas disciplinares	136
50.3	Preso provisório.....	137
ART. 51		
51.1	Faltas graves nas penas restritivas de direitos	137
ART. 52		
52.1	Prática de crime doloso	140
52.2	Regime disciplinar diferenciado	141
Subseção III – Das Sanções e das Recompensas.....		146
ART. 53		
53.1	Sanções disciplinares.....	146
ART. 54		
54.1	Competência para a aplicação das sanções	148
54.2	Procedimento e juiz competente para aplicação da sanção de inclusão no regime disciplinar diferenciado	149
ART. 55		
55.1	Recompensas.....	150
ART. 56		
56.1	Espécies de recompensas.....	151
Subseção IV – Da Aplicação das Sanções		152
ART. 57		
57.1	Fixação da sanção	152
57.2	Aplicação das sanções	153
ART. 58		
58.1	Tempo de duração.....	154
58.2	Comunicação ao juiz	155
Subseção V – Do Procedimento Disciplinar		155
ART. 59		
59.1	Procedimento disciplinar.....	155

59.2	Direito de defesa	157
59.3	Recursos	159
59.4	Decisão motivada	160
59.5	Prescrição das faltas disciplinares	161
ART. 60		
60.1	Isolamento preventivo e inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado ..	163
60.2	Detração	163
TÍTULO III – DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL.....		164
Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS		164
ART. 61		
61.1	Órgãos da Execução	164
Capítulo II – DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA.....		165
ART. 62		
62.1	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	165
ART. 63		
63.1	Composição do Conselho	166
63.2	Mandato dos Membros.....	167
ART. 64		
64.1	Atribuições do Conselho.....	168
Capítulo III – DO JUÍZO DA EXECUÇÃO		171
ART. 65		
65.1	Função Jurisdicional.....	171
65.2	Intervenção Jurisdicional e Administrativa	171
65.3	Juiz Competente.....	172
ART. 66		
66.1	Introdução	177
66.2	Aplicação da Lei mais Benigna	177
66.3	Extinção da Punibilidade.....	180
66.4	Soma de Penas	182
66.5	Unificação de Penas.....	182
66.6	Limite de Penas	184
66.7	Natureza da Unificação	187
66.8	Progressão e Regressão	188

66.9	Detração e Remição.....	189
66.10	Suspensão Condicional da Pena	191
66.11	Livramento Condicional	192
66.12	Incidentes da Execução	192
66.13	Saídas Temporárias	194
66.14	Penas Restritivas de Direitos.....	194
66.15	Conversões	195
66.16	Medidas de Segurança	196
66.17	Remoção E transferência	197
66.18	Monitoração eletrônica	199
66.19	Decisões Administrativas.....	200
66.20	Conflito de Competência.....	201
Capítulo IV – DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....		201
ART. 67		
67.1	Função do Ministério Público.....	201
67.2	Fiscalização da Execução.....	202
ART. 68		
68.1	Atribuições Específicas	204
Capítulo V – DO CONSELHO PENITENCIÁRIO		206
ART. 69		
69.1	Conselho Penitenciário	206
ART. 70		
70.1	Atribuições.....	207
Capítulo VI – DOS DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS		209
SEÇÃO I – Do Departamento Penitenciário Nacional		209
ART. 71		
71.1	Departamento Penitenciário Nacional.....	209
ART. 72		
72.1	Atribuições.....	210
SEÇÃO II – Do Departamento Penitenciário Local		212
ART. 73		
73.1	Departamento Penitenciário Local	212

ART. 74	
74.1 Atribuições.....	213
SEÇÃO III – Da Direção e do Pessoal dos Estabelecimentos Penais.....	213
ART. 75	
75.1 Direção do Estabelecimento Penal	214
ART. 76	
76.1 Quadro de Pessoal.....	214
ART. 77	
77.1 Pessoal Penitenciário	215
77.2 Formação e Reciclagem.....	216
77.3 Estabelecimentos Femininos.....	216
Capítulo VII – DO PATRONATO	216
ART. 78	
78.1 Patronatos	217
78.2 Patronatos Particulares.....	217
ART. 79	
79.1 Atribuições.....	218
Capítulo VIII – DO CONSELHO DA COMUNIDADE	219
ART. 80	
80.1 Conselho da Comunidade	219
ART. 81	
81.1 Atribuições.....	221
Capítulo IX – DA DEFENSORIA PÚBLICA	222
ART. 81-A	
81-A.1 Atribuições.....	222
ART. 81-B	
81-B.1 Atribuições específicas.....	224
TÍTULO IV – DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	224
Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS	224
ART. 82	
82.1 Arquitetura prisional	225
82.2 Estabelecimentos penais.....	226

82.3	Estabelecimentos para mulheres e maiores de 60 anos	227
82.4	Estabelecimentos diversos.....	227
ART. 83		
83.1	Dependências	228
83.2	Instalações especiais.....	229
ART. 83-A		
83-A.1	Terceirização das atividades-meio nos estabelecimentos penais	230
ART. 83-B		
83-B.1	Funções indelegáveis.....	232
ART. 84		
84.1	Separação dos presos e prisão especial	233
ART. 85		
85.1	Capacidade das prisões	236
ART. 86		
86.1	Execução de pena em outro estado.....	238
86.2	Competência para a remoção.....	240
86.3	Liberados e egressos.....	241
Capítulo II – DA PENITENCIÁRIA		241
ART. 87		
87.1	Introdução.....	242
87.2	Regime fechado.....	242
87.3	Penitenciária destinada a presos em regime disciplinar diferenciado	244
ART. 88		
88.1	Penitenciária.....	245
ART. 89		
89.1	Penitenciária de mulheres	246
ART. 90		
90.1	Local da penitenciária	247
Capítulo III – DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR		248
ART. 91		
91.1	Introdução.....	248
91.2	Regime semiaberto	248
91.3	Colônia agrícola, industrial ou similar	249

ART. 92	
92.1	Compartimentos coletivos 250
Capítulo IV – DA CASA DO ALBERGADO 251	
ART. 93	
93.1	Introdução 251
93.2	Histórico 252
93.3	Prisão albergue 252
93.4	Limitação de fim de semana 253
93.5	Regime aberto 253
ART. 94	
94.1	Localização 255
ART. 95	
95.1	Instalações 255
Capítulo V – DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO 256	
ART. 96	
96.1	Centro de observação 257
ART. 97	
97.1	Instalações 257
ART. 98	
98.1	Exames pela comissão técnica de classificação 258
Capítulo VI – DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO 258	
ART. 99	
99.1	Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico 258
99.2	Imputáveis e semi-imputáveis 259
99.3	Outros estabelecimentos 260
ART. 100	
100.1	Exames 260
ART. 101	
101.1	Tratamento ambulatorial 261
Capítulo VII – DA CADEIA PÚBLICA 261	
ART. 102	
102.1	Presos provisórios 261

ART. 103

103.1 Cadeia pública.....	263
---------------------------	-----

ART. 104

104.1 Localização e construção.....	264
-------------------------------------	-----

TÍTULO V – DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE 264**Capítulo I – DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE 264****SEÇÃO I – Disposições Gerais..... 264****ART. 105**

105.1 Introdução.....	264
105.2 Execução da Sentença.....	265
105.3 Competência para a Execução.....	265
105.4 Guia de Recolhimento.....	266
105.5 Guia de Recolhimento e Competência.....	268
105.6 Execução provisória e guia de recolhimento provisória: antecedentes.....	269
105.7 A Execução provisória e o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade.....	271
105.8 Execução provisória e Guia de recolhimento provisória: A lei vigente e a orientação do STF.....	274

ART. 106

106.1 Expedição da guia de recolhimento.....	279
106.2 Requisitos.....	279
106.3 Ciência ao Ministério Público.....	280
106.4 Comunicação ao Conselho Penitenciário.....	281
106.5 Retificações.....	281
106.6 Prisão Especial.....	281

ART. 107

107.1 Exigência formal da execução.....	282
107.2 Recibo.....	283
107.3 Ciência ao condenado.....	284
107.4 Registro.....	284
107.5 Cálculo de liquidação de penas.....	284
107.6 Precedência das penas.....	286
107.7 Efeitos da soma das penas.....	287

ART. 108

108.1 Superveniência de doença mental.....	288
108.2 Efeitos do internamento.....	288

ART. 109

109.1 Alvará de soltura	289
-------------------------------	-----

SEÇÃO II – Dos Regimes 290**ART. 110**

110.1 Regime inicial: critérios objetivos.....	290
110.2 Cômputo do tempo de prisão provisória ou administrativa ou de internação	292
110.3 Regime inicial fechado em leis especiais	293
110.4 Fixação do regime inicial.....	296
110.5 Observância do regime inicial	301
110.6 Regime prisional e lei mais benigna	303

ART. 111

111.1 Regime e soma de penas	304
111.2 Regime e unificação	305
111.3 Detração e remição.....	306

ART. 112

112.1 Sistema progressivo.....	308
112.2 Progressão	309
112.3 Requisito temporal	311
112.4 Mérito do condenado	319
112.5 Exame criminológico	324
112.6 Procedimento, decisão e recurso.....	329
112.7 Ausência de vaga.....	331

ART. 113

113.1 Aceitação do programa e condições	332
---	-----

ART. 114

114.1 Requisitos para o regime aberto.....	333
--	-----

ART. 115

115.1 Condições gerais e especiais.....	337
---	-----

ART. 116

116.1 Modificação das condições.....	338
--------------------------------------	-----

ART. 117

117.1 Prisão domiciliar.....	339
117.2 Hipóteses para a prisão domiciliar	341

ART. 118

118.1 Regressão	343
118.2 Regressão e regime aberto	346
118.3 Oitiva do condenado	347
118.4 Restabelecimento da progressão	348

ART. 119

119.1 Legislação complementar	349
-------------------------------------	-----

SEÇÃO III – Das Autorizações de Saída..... 350**Subseção I – Da Permissão de Saída 350****ART. 120**

120.1 Autorizações de saída	350
120.2 Permissões de saída	350

ART. 121

121.1 Prazo da permissão	352
--------------------------------	-----

Subseção II – Da Saída Temporária..... 352**ART. 122**

122.1 Saída temporária.....	353
122.2 Hipóteses de saída temporária	354

ART. 123

123.1 Competência.....	356
123.2 Requisitos	357

ART. 124

124.1 Prazos	359
124.2 Condições.....	360

ART. 125

125.1 Revogação	361
125.2 Recuperação	361

SEÇÃO IV – Da Remição 362**ART. 126**

126.1 Remição.....	363
126.2 Remição pelo trabalho.....	364
126.3 Impossibilidade do trabalho.....	367

126.4	Acidente	369
126.5	Remição pelo estudo	369
126.6	Declaração judicial	371
ART. 127		
127.1	Admissibilidade de revogação	372
127.2	Causas de revogação	374
127.3	Efeitos da revogação.....	375
ART. 128		
128.1	Efeitos da remição	377
ART. 129		
129.1	Registro	378
129.2	Pedido.....	379
129.3	Retroatividade.....	380
ART. 130		
130.1	Falsa declaração	380
SEÇÃO V – Do Livramento Condicional.....		381
ART. 131		
131.1	Livramento condicional.....	381
131.2	Requisitos objetivos.....	382
131.3	Requisitos subjetivos	387
131.4	Livramento condicional a estrangeiro	391
131.5	Concessão	392
131.6	Direito intertemporal.....	394
ART. 132		
132.1	Condições obrigatórias.....	395
132.2	Condições facultativas.....	396
ART. 133		
133.1	Mudança de residência.....	398
ART. 134		
134.1	Advertência	398
ART. 135		
135.1	Concessão pelo tribunal	399

ART. 136

136.1 Carta de livramento.....	399
--------------------------------	-----

ART. 137

137.1 Cerimônia.....	400
----------------------	-----

ART. 138

138.1 Caderneta e pecúlio.....	402
--------------------------------	-----

ART. 139

139.1 Observação cautelar	403
---------------------------------	-----

139.2 Proteção	404
----------------------	-----

139.3 Relatório.....	404
----------------------	-----

ART. 140

140.1 Revogação obrigatória.....	404
----------------------------------	-----

140.2 Revogação facultativa.....	407
----------------------------------	-----

ART. 141

141.1 Contagem do prazo do livramento.....	408
--	-----

ART. 142

142.1 Impedimento para novo livramento.....	409
---	-----

ART. 143

143.1 Decreto de revogação	410
----------------------------------	-----

ART. 144

144.1 Modificação nas condições	411
---------------------------------------	-----

ART. 145

145.1 Suspensão do livramento	412
-------------------------------------	-----

ART. 146

146.1 Extinção da pena	414
------------------------------	-----

146.2 Recurso.....	415
--------------------	-----

SEÇÃO VI – Da Monitoração Eletrônica..... 416**ART. 146-B**

146-B.1 Admissibilidade da monitoração eletrônica.....	416
--	-----

ART. 146-C

146-C.1 Descumprimento dos deveres atinentes à monitoração eletrônica	420
---	-----

ART. 146-D

146-D.1 Revogação da monitoração eletrônica	421
---	-----

Capítulo II – DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	422
SEÇÃO I – Disposições Gerais.....	422
ART. 147	
147.1 Penas restritivas de direitos.....	422
147.2 Substituição.....	424
147.3 Início da execução.....	428
ART. 148	
148.1 Alteração	429
148.2 Prestação pecuniária	430
148.3 Perda de bens e valores	431
SEÇÃO II – Da Prestação de Serviços à Comunidade.....	431
ART. 149	
149.1 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	432
149.2 Atribuição das tarefas.....	433
149.3 Horário e início de execução	434
ART. 150	
150.1 Relatórios	435
SEÇÃO III – Da Limitação de Fim de Semana.....	436
ART. 151	
151.1 Limitação de fim de semana.....	436
151.2 Regras para execução.....	437
ART. 152	
152.1 Cursos, palestras e atividades.....	438
ART. 153	
153.1 Relatórios e comunicações	439
SEÇÃO IV – Da Interdição Temporária de Direitos	439
ART. 154	
154.1 Interdição temporária de direitos.....	439
154.2 Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública e de mandato eletivo.....	440
154.3 Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício.....	442
154.4 Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.....	443
154.5 Proibição de frequentar determinados lugares.....	444
154.6 Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos	445

ART. 155

155.1 Comunicação.....	446
------------------------	-----

Capítulo III – DA SUSPENSÃO CONDICIONAL 446**ART. 156**

156.1 Suspensão condicional da pena.....	446
156.2 Requisitos objetivos.....	448
156.3 Requisitos subjetivos	451
156.4 <i>Sursis</i> simultâneos.....	454

ART. 157

157.1 Concessão.....	454
----------------------	-----

ART. 158

158.1 Condições legais.....	458
158.2 Condições judiciais.....	462
158.3 Especificação das condições	463
158.4 Alteração das condições	465
158.5 Fiscalização	466
158.6 Comparecimento.....	466
158.7 Comunicação.....	466
158.8 Mudança de residência.....	466

ART. 159

159.1 Especificação pelo tribunal.....	467
--	-----

ART. 160

160.1 Audiência admonitória.....	468
160.2 Renúncia do condenado.....	469

ART. 161

161.1 Não comparecimento	469
--------------------------------	-----

ART. 162

162.1 Período de prova	471
162.2 Prorrogação do prazo.....	472
162.3 Revogação obrigatória.....	473
162.4 Revogação facultativa.....	476
162.5 Cassação.....	477
162.6 Extinção da pena	478

ART. 163

163.1 Registro	480
----------------------	-----

Capítulo IV – DA PENA DE MULTA..... 480**ART. 164**

164.1 Pena de multa.....	480
164.2 Dia-multa.....	482
164.3 Aplicação.....	482
164.4 Fixação	483
164.5 Substituição.....	485
164.6 Multas cumulativas	487
164.7 Correção monetária	488
164.8 Processo de execução	490
164.9 Procedimento para a execução da multa	491

ART. 165

165.1 Penhora de bens imóveis.....	494
------------------------------------	-----

ART. 166

166.1 Penhora de outros bens.....	495
-----------------------------------	-----

ART. 167

167.1 Superveniência de doença mental.....	495
--	-----

ART. 168

168.1 Insolvência	496
168.2 Desconto.....	497

ART. 169

169.1 Parcelamento em Prestações	498
--	-----

ART. 170

170.1 Multa e pena privativa de liberdade.....	499
--	-----

TÍTULO VI – DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA 500**Capítulo I – DISPOSIÇÕES GERAIS 500****ART. 171**

171.1 Medidas de segurança.....	500
171.2 Pressupostos.....	501
171.3 Aplicação.....	502
171.4 Substituição.....	504

171.5 Espécies	506
171.6 Execução	508
171.7 Duração	509
171.8 Extinção da punibilidade.....	510
ART. 172	
172.1 Guia de Internação.....	511
ART. 173	
173.1 Requisitos	512
ART. 174	
174.1 Exames	513
Capítulo II – DA CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE.....	514
ART. 175	
175.1 Exame de periculosidade.....	515
175.2 Relatório e laudo	515
175.3 Procedimento	516
ART. 176	
176.1 Antecipação do exame	517
ART. 177	
177.1 Procedimento	518
ART. 178	
178.1 Condições.....	518
ART. 179	
179.1 Desinternação e liberação	519
TÍTULO VII – DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO	520
Capítulo I – DAS CONVERSÕES.....	520
ART. 180	
180.1 Incidentes da execução.....	520
180.2 Conversões	521
180.3 Conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	521
ART. 181	
181.1 Conversão de pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	523
181.2 Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade	525

181.3	Conversão da pena de limitação de fim de semana	527
181.4	Conversão das penas de interdição temporária de direitos	528
181.5	Conversão das penas de prestação pecuniária e perda de bens e valores	528
ART. 182		
182.1	Impossibilidade de conversão da pena de multa.....	529
ART. 183		
183.1	Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	530
ART. 184		
184.1	Conversão do tratamento ambulatorial em internação.....	532
Capítulo II – DO EXCESSO OU DESVIO		533
ART. 185		
185.1	Excesso ou desvio.....	533
ART. 186		
186.1	Legitimação	535
Capítulo III – DA ANISTIA E DO INDULTO		535
ART. 187		
187.1	Anistia	535
187.2	Procedimento	537
ART. 188		
188.1	Indulto individual.....	538
ART. 189		
189.1	Procedimento inicial.....	539
ART. 190		
190.1	Diligências e parecer	539
ART. 191		
191.1	Procedimento no ministério da justiça	540
ART. 192		
192.1	Extinção da punibilidade e comutação.....	540
ART. 193		
193.1	Indulto coletivo	541
193.2	Processamento do indulto coletivo.....	547

TÍTULO VIII – DO PROCEDIMENTO JUDICIAL	548
ART. 194	
194.1 Processo e procedimento judicial	549
ART. 195	
195.1 Iniciativa.....	550
ART. 196	
196.1 Processamento.....	551
ART. 197	
197.1 Agravo em execução.....	553
TÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	558
ART. 198	
198.1 Sigilo na execução.....	558
ART. 199	
199.1 Uso de algemas	559
ART. 200	
200.1 Criminoso político e trabalho	562
ART. 201	
201.1 Prisão civil e administrativa	563
ART. 202	
202.1 Folha corrida, atestados e certidões	564
ART. 203	
203.1 Legislação complementar.....	567
203.2 Instalações, equipamentos e serviços.....	568
ART. 204	
204.1 Vigência.....	569
204.2 Aplicação.....	569
204.3 Revogação	570
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 213, DE 09 DE MAIO DE 1983	571
Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal	573
Da Classificação dos Condenados	574
Da Assistência.....	576
Do Trabalho	577

Dos Deveres	578
Dos Direitos	579
Da Disciplina.....	580
Dos Órgãos da Execução Penal	581
Dos Estabelecimentos Penais	582
Da Execução das Penas Privativas da Liberdade	585
Da Execução das Penas Restritivas de Direitos	588
Da Suspensão Condicional	589
Da Execução da Pena de Multa.....	589
Da Execução das Medidas de Segurança	590
Dos Incidentes de Execução	591
Do Excesso ou Desvio	591
Do Procedimento Judicial	592
Disposições Finais e Transitórias.....	592
Conclusão.....	594
SÚMULAS VINCULANTES.....	595
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	595
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	597
SÚMULA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	599
BIBLIOGRAFIA.....	601
ÍNDICE REMISSIVO	611



**JURISPRUDÊNCIA
EM MATERIAL
COMPLEMENTAR**

Acesse o link:

https://www.editorafoco.com.br/paginaAtualizacoes_Loja.html